

PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AVANÇOS, RETROCESSOS E INTERFACES COM A BNCC

JOSÉ ANTONIO VEGA SERRANO

Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil
jvegaserrano@gmail.com

FABIO PERBONI

Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil
fabioperboni@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A formação continuada emerge como estratégia central para qualificar professores da educação básica, alinhada ao PNE (2014-2024) e à LDB (9.394/1996), que preconizam a profissionalização em serviço como direito e dever (Barreto, 2015). No entanto, a implementação revela tensões entre padronização nacional e demandas locais.

A BNCC (2017) e a Resolução CNE/CP nº 1/2020, que cria a BNC-Formação Continuada, prometem uniformidade curricular, mas impõem uma visão tecnicista que prioriza competências instrumentais sobre reflexão crítica e contextualização sociocultural. Estudos como o de Nogueira e Borges (2020) indicam que isso agrava desigualdades regionais, especialmente no Norte/Nordeste, onde condições precárias limitam a efetividade.

Avanços apontados por autores incluem a estruturação nacional via BNC-Formação, que organiza competências em dimensões integradas de conhecimento, prática e engajamento profissional (Soares *et al.*, 2023). Programas como Parfor ampliaram acesso a formações em serviço, integrando tecnologias e trocas colaborativas entre pares (Gatti, 2020). Isso fortalece a articulação escola-universidade, promovendo alinhamento com a BNCC em contextos reais.

Retrocessos comuns destacam o tecnicismo excessivo, que reduz a formação a competências padronizadas, ignorando saberes docentes e diversidades culturais (Arroyo,



2020). A fragmentação teórico-prática persiste, com baixa retenção de aprendizados devido à sobrecarga e à falta de valorização salarial (Barretto, 2015). Não menos importante, as desigualdades regionais agravam-se, limitando impactos em periferias e zonas rurais.

O problema central reside na articulação insuficiente entre essas políticas e práticas pedagógicas reais (Oliveira, 2023), diante disso questionamos: como ressignificar a BNCC para fomentar autonomia docente sem fragmentar saberes acumulados? Essa lacuna justifica análise crítica para propor caminhos transformadores na educação básica.

DESENVOLVIMENTO

Políticas de formação continuada evoluíram com programas como o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) (Cardoso; Nunes, 2017) e o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) (André, 2008), ampliando acesso pós-licenciatura e integrando tecnologias para superar barreiras geográficas. A Resolução CNE/CP nº 1/2020 estrutura eixos como investigação e compartilhamento de práticas, alinhando-se à BNCC para competências interdisciplinares.

Retrocessos manifestam-se na padronização excessiva da BNCC, que distancia a formação de realidades multiculturais, transformando docentes em executores de roteiros pré-definidos. Autores como Arroyo (2020) e Gatti (2020) apontam para uma baixa retenção de aprendizados (30-40% de impacto prático), sobrecarga curricular e pouca ênfase em pedagogia crítica, influenciada por lógicas neoliberais desde a LDB.

Interfaces promissoras surgem em práticas híbridas, como parcerias universidade-escola que ressignificam a BNCC via projetos dialéticos e territoriais. Os autores utilizados neste texto destacam, também, formações com foco em afetividade e inclusão, propondo metodologias colaborativas para superar fragmentações e valorizar saberes docentes locais.

No Nordeste, 87 grupos de pesquisa (de 309 totais em 15 programas de pós-graduação em Educação) investigam formação de professores, representando cerca de 1/3 das equipes analisadas em 2018. Esses grupos estão distribuídos nos 9 estados, vinculados a programas CAPES conceitos 3-5, com ênfase em instituições públicas como UECE,



UFBA e UFPE. A pesquisa revela foco diversificado, desde formação inicial/continuada até interfaces com currículo e inclusão (Farias; Guimarães; Moura, 2020).

Ainda segundo as mesmas autoras, os grupos são robustos, com lideranças jovens e altamente qualificadas (doutoras), forte captação de fomento (CNPq/FAPs) e predominância feminina (52 lideranças). Apenas 22,5% das 525 linhas de pesquisa explicitam formação docente, geralmente em uma única linha por grupo, indicando fragmentação temática. Cadastros no CNPq mostram problemas de atualização, afetando visibilidade da produção nordestina.

Produção desses grupos enfatiza práticas pedagógicas, formação em serviço e desafios escolares públicos, com abordagem qualitativa, estudos de caso e métodos como entrevistas e observação. Há pouca ênfase em redes internacionais ou pesquisas longitudinais, priorizando empiria local. Contribui para campo ao mapear expansão pós-2000, mas alerta para risco de praticismo sem rigor epistemológico (Farias; Guimarães; Moura, 2020).

A BNC-Formação Continuada, instituída pela Resolução CNE/CP nº 1/2020, é um documento normativo que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em serviço de professores da educação básica (infantil, fundamental e médio), alinhando-se à BNCC para garantir padrões mínimos nacionais. Ela organiza as competências em três dimensões interconectadas – conhecimento profissional (saberes disciplinares e pedagógicos), prática profissional (planejamento e gestão de ensino-aprendizagem) e engajamento profissional (colaboração e desenvolvimento ético) –, priorizando formações centradas na escola, em horário de trabalho (contando como dia letivo), com ênfase em trocas entre pares, uso da BNCC e resolução de problemas reais da sala de aula.

Na prática, opera via programas municipais/estaduais (ex: redes colaborativas com universidades), com ações como estudos de caso, reuniões pedagógicas e cursos híbridos focados em contextos locais. Vem, ao longo dos anos enfrentando críticas por tecnicismo excessivo, que subordina teoria à prática mercantil e ignora desigualdades regionais, conforme análises em revistas acadêmicas.

Analisa a BNC-Formação sob luz da BNCC, verificando se o documento proposto atende aos princípios de trabalho docente e formação alinhada à base curricular. Destaca



dimensões de competências (conhecimento, prática e engajamento profissional) e tensiona a padronização com a autonomia pedagógica na educação básica.

CONCLUSÕES

Avanços da BNCC e BNC-Formação estruturam a formação nacionalmente, mas retrocessos tecnicistas demandam reformulações para priorizar autonomia e contextualização sociocultural na educação básica. Políticas devem integrar saberes locais para equidade efetiva.

Propõe-se modelos dialógicos, com redes colaborativas escola-universidade e avaliação contínua de impactos, superando desigualdades regionais via formações híbridas e territoriais. Isso resgata o professor como agente transformador.

Pesquisas futuras devem mensurar empiricamente esses ajustes, contribuindo para políticas mais inclusivas e alinhadas aos direitos educacionais previstos na LDB e PNE. Assim, fortalece-se a qualidade da educação básica brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Avaliação revela impacto de um programa de formação de professores. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 149-168, jan./mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mfMK3QmHhGWPR6bXKzy9n4D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2026.

ARROYO, Miguel Guilherme. **A formação de professores e o desafio da prática pedagógica**. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

BARRETTO, E. F. S. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 5-26, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206207>.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2017.



BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020.** Institui a Base Nacional Comum para Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 out. 2020.

CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira; NUNES, Claudio Pinto. O plano nacional de formação de professores da educação básica (PARFOR): o ideal e a realidade vigente. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 54–69, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25053/edufor.v2i6.2011>

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; GUIMARAES, Marilia Duarte; MOURA, Ingrid Louback de Castro. Grupos de Pesquisa que Investigam a Formação de Professores no Nordeste: quem são, o que produzem e como produzem. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 297–318, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/rpe.v16i43.6500>.

GATTI, Bernardete Angelina. **A formação de professores no Brasil: desafios e perspectivas.** São Paulo: Editora Penso, 2020.

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes; BORGES, Maria Célia. A Base Nacional Comum Curricular e seus impactos na formação continuada de professores da Educação Básica. **Educação em Revista**, Marília, SP, v. 21, n. 2, p. 37–50, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n02.04.p37>.

OLIVEIRA, José Barbosa de. Formação Continuada Docente e Diretrizes da BNCC: Uma Necessidade da Educação Básica. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 12, p. 79–90, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56069/2676-0428.2023.354>.

SOARES, Patrícia Gavião *et al.* BNC-Formação Continuada de Professores da Educação Básica: competências para BNC-Formação de Educadores? **Research, Society and Development**, v. 12, n. 12, p. 1-16, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.32181>.

